



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000885-26.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Duplicata**
 Exequente: **TAIS SANCHES BARBOSA MARTINEZ -ME**
 Executado: **Lourival Rezende Junior**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de exceção de pré-executividade apresentada em execução fundada em título extrajudicial.

Alega o executado que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da execução e que não teve ligação alguma com as transações mencionadas pela exequente.

Tomo como possível o exame da matéria trazida à colação, ressaltando que a arguição de ilegitimidade ad causam do executado se entrosa com o mérito da causa.

A exequente sustenta ter vendido mercadorias ao executado, ameahando em respaldo à sua versão os documentos de fls. 07/09 (notas fiscais) e 10/12 (protesto da duplicata emitida em função disso).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Muito embora não haja comprovação documental de entrega das mercadorias ao executado, a prova oral produzida deixa evidente sua ligação com os fatos em apreço.

Com efeito, a testemunha Márcia Rocha Bartelotti informou que, na condição de decoradora de interiores, foi contratada pelo executado e pela mulher dele para realizar a decoração de sua residência.

Acrescentou que para tanto levava ao imóvel diversos objetos de estabelecimentos variados para análise, cientificando sobre sua procedência, e para compra, se o caso.

A testemunha também afirmou que parte de tais objetos foi levada da exequente, a qual ficou na residência do executado com a aprovação do mesmo e de sua mulher.

Diante dessa dinâmica, é incontroverso o liame do executado com os negócios que deram causa à propositura da ação, a exemplo de sua obrigação em levar a cabo os pagamentos daí decorrentes.

A ideia de que as transações teriam sido implementadas exclusivamente por sua mulher não pode prosperar, seja porque nada há de concreto a esse respeito, seja porque o depoimento colhido – de quem, aliás, não teria interesse algum em prejudicar o executado – evidenciou o contrário, tanto que ele via os objetos e fazia pagamentos à testemunha a esse título.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9099/95) patenteiam que situações como a dos autos sucedem amiúde, no mais das vezes sem a tomada de cautela consistente na elaboração de contratos escritos ou de recibos específicos.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, impõe a rejeição da exceção oposta pelo executado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a exceção de pré-executividade, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.
P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**